



## **A Invisibilidade da Beleza Negra<sup>1</sup>**

Yure Dantas de CARVALHO<sup>2</sup>

Francisco José BARBOSA<sup>3</sup>

### **Resumo**

Neste estudo mostraremos a influência da mídia na construção de estereótipos e padrões estéticos perante a auto percepção, a autoestima e a fantasia do corpo na sociedade brasileira com relação as raízes negras implantadas no Brasil. A influência africana ocorre através de diversos meios comuns à nossa cultura. Vale lembrar que a estética, e a imagem de embelezamento não vêm apenas dos europeus, culturas como: a maquiagem e a pintura são práticas antigas de povos africanos e têm grande relevância por fazer parte da identidade negra. A camuflada democracia racial é minada no discurso de que a população negra pode fazer o que bem quiser, mas quando ela transita por outros ambientes, com constância, causa estranhamento e torna-se o estopim para aparecer a verdadeira face do racismo praticado no Brasil. A beleza preta está em devotado desafio, já que a discriminação transcorre das características físicas que as compõem. Compreender a própria estética negra em um mundo já uniformizado pelo olhar ocidental. Ressalta-se a influência midiática na propagação de padrões de beleza e a invisibilidade da estética negra, ou seja, a valorização de um tipo único de estética, branca e europeia, fruto da modernização de teorias do século XX para legitimar a supremacia branca nos ditames dos padrões de belo e do não-belo. Lançando ideais sobre a construção de identidades étnico- raciais na sociedade brasileira, com base em situações pertinentes à negação da beleza negra pela imposição, vinculada a discursos naturalizados e midiáticos por parte de propagandas de produtos para cabelos ligados a um padrão de beleza que nega o estereótipo negro e afirma modelos brancos.

**Palavras-chave:** mídia; negros; beleza.

### **Introdução**

Refletindo na diferença como formadora de identidades, de igualdade com a probabilidade de identificar-se ou não por meio de um processo, dialético ou dialógico, relacional e discursivo, em que nasce não das diferenças, mas da consciência sobre as diferenças. Diante do que se percebe é um padrão de beleza

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 7: III Seminário Nacional de Sociologia - Distopias dos Extremos: Sociologias Necessárias 08 a 16 de Outubro de 2020 - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe.

<sup>2</sup> Licenciado em Educação Física pelo Centro Universitário AGES. E-mail: yure@live.com.pt

<sup>3</sup> Coautor- Pós-Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe, e Doutor em Ciências Sociais pela PUCSP-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: lenacisco@hotmail.com



em que a sociedade varia de acordo com seu contexto histórico e cultural erguido socialmente, manifestada por um tipo de cabelo ou até mesmo no tom de pele considerados ideais. Padrões estes com reflexos racistas envolvidos nos acontecimentos históricos como a escravidão, que deixaram marcas e significados nas pessoas negras. Assim, há um questionamento a ser feito é como o Brasil, um país com mais da metade da população negra, um país de miscigenação, pode ter em seus aspectos sociais um preconceito impregnado na cor, nos traços físicos ou até mesmo no cabelo do outro?

É possível afirmar que em pleno século XXI o mercado de trabalho para os negros que desejam ser modelos ou entrar em outras profissões não é aberto da mesma maneira a que se dá um olhar a população clara. A beleza do negro remete não só à cor da pele, mas ao cabelo crespo, identidade marcante cravada na raiz das madeixas escuras. O negro nas novelas ou na publicidade vem ao longo das últimas duas décadas ganhando um espaço camuflado pela minoria simbólica que galga seus direitos acendendo, seja em relação aos produtos de beleza que são comercializados para este público particular, seja quanto à participação na teledramaturgia. O prestígio da identidade, de sua posição no mundo vêm passando por processos de embranquecimento desde o fim da escravidão, persistindo até hoje, ainda que haja leis específicas contra a intolerância religiosa e o racismo.

Nota-se em relação a população negra quando vem a ocupar espaço na mídia, dificilmente são vistas, seguindo um padrão estético de negra natural, isto é, pele com matizes escuras e cabelo afro. O cabelo, em especial é retrato da negação de uma estética negra. Muito recorrentemente, nas apresentadoras de TV o cabelo é mudado, do crespo ao liso e do escuro aos tons claros. A maquiagem aplicada é de forma que a pele fica a mais clara possível tornando-a quase branca. Com estes artifícios, o racismo institucional midiático se impõe com sutileza. É possível compreender que a mídia influencia diretamente na concepção de que instituiu padrões idealizados estéticos que devem ser adotados pelos corpos, ou seja, um padrão de beleza, um molde ou uma norma. E propaga a crença de que tudo que foge a ela deve ser mal vista e discriminada socialmente. Esta pesquisa de caráter bibliográfico buscou problematizar a representação da mulher negra na mídia, se



ancorando em artigos e dissertações que abordam a forma como a mídia reproduz os padrões de beleza impostos pela sociedade racista e discriminatória.

A diversidade racial no Brasil é latente, real, mas encontra resistência por pessoas que querem recusar a sua existência. A população negra tem o maior apontador de homicídios entre os jovens, não ocupa em abundância escala de empregos com salários elevados, tem difícil acesso às instituições de ensino superior, entre outras problemáticas sociais. É comum negar, buscar silenciar as vozes que acusam os atos racistas. A figura exteriorizada é de que há um paraíso racial em benefício da miscigenação e do convívio harmonioso entre brancos e negros. O fim do preconceito instaurado na cor passa pela conscientização tanto dos opressores como dos oprimidos.

## **1. DESENVOLVIMENTO**

### **1.1 A representatividade da cor negra e a mazela da sociedade atual.**

A escravidão no Brasil não é apenas um fato histórico. As ascendências afros, crenças e dores transcorrem o fantasioso coletivo e formam as inquietações e sentimentos que os habitantes carregam dentro de si, tendo resultados sobre as afinidades sociais do dia a dia. No Brasil a os representantes da mídia não conseguem desapegar de um envelhecido conceito de uma estética baseada em moldes europeus, embora a em superioridade numérica de um povo brasileiro de pele negra, vivenciado a cultura do nosso país a não estimular este padrão de biótipo atribuídos a beleza. Muitas vezes os próprios negros, sem se dar conta caem em uma esfera de valorizar a estética do outro em detrimento de sua própria cor. Carecido a um processo de predomínio que é histórico e entre valores que se expõem para serem analisados por um viés da inclusão de valores estéticos da própria raça. Quando os mesmo não conseguem estimar seu padrão de beleza e estética, entra em um campo do não poder esperar que Milagres venham a imergir da consciência. É de crucial e necessário que se localize o erro para que se possam encontrar os meios de reverter muitas das opiniões sobre estética que existem hoje no país.

Segundo Le Breton (2004), nas ações reflexivas perante as identidades étnico-raciais e a forma como é construída no Brasil, dando ênfase ao considerar



que esse conceito assume papel de relevância num momento histórico e social de “desenraizamento das antigas matrizes de sentido”, no que se refere a grandes movimentos ideológicos (marxismo, socialismo), na partilha de valores culturalmente atribuídos a vida cotidiana. Já Bauman (2005), difundiu um pertencimento, de conceitos juntos ao de identidades, alimentando firmemente pela prática da exclusão; ele ainda integra os sujeitos ao mesmo tempo em que impõe e polícia os limites entre “nós” e “eles”. Enquanto isso, visa “identificar-se com” com resolução de dar abrigo a um destino desconhecido, que não se pode ser influenciado, nem controlar. Por isso, afirma que é mais prudente portar identidades, que são como um manto leve e pronto a ser despido a qualquer momento.

No que se refere o decreto de Lei Áurea, encerrando à escravidão em 13 de maio de 1888, não existiu uma política de inclusão dos escravos libertos na sociedade. No entanto cabe lembrar que uma mínima parcela foi contemplada com a liberdade, porque grande parte dos negros já estavam livres. Em 28 de setembro de 1885 foi decretada a Lei do Sexagenário para a libertação dos maiores de 65 anos. Benefício este que tinha a clara intenção de livrar o dono de obrigações no tempo em que o escravo não tivesse mais utilidade. Os escravos passavam a vida toda na labuta em situações cruéis e desumanas sendo açoitados, sofrendo maus tratos e agressões, até conseguir chegar à faixa etária dos 65 anos em bom estado de saúde era praticamente impossível. Seria uma sorte sobreviver por tanto tempo em condições desumanas. Já a Lei do Ventre Livre (Lei Rio Branco) de 28 de setembro de 1871 dava a condição de liberdade às crianças nascidas de mulheres negras escravas. O cumprimento da legislação não foi o correto, uma vez que muitos permaneceram em atividades servis até completar a maior idade.

A abolição da escravidão não extinguiu as mazelas nas relações sociais entre os povos e os que ainda tinham em seu olhar a discriminação, o olhar de superioridade de uma elite branca prosseguiu a intervir nos progressos que a população negra conseguia realizar. No início do século XX, os ambientes eram segregados para negros, pardos e os mais pobres. O futebol, um esporte tão populares, já foi um desses instrumentos em seus espaços de exclusão racial meio a uma caricatura ligada a associação de uma determinada raça. Neste caso a negra, envolvendo sua condição moral dela na sociedade da época. Convivia com a



estigmatização do “vagabundo”, o que levava uma vida social pautada na marginalização. Não podia frequentar outros lugares sendo encurralados aos redutos de tolerância ou não do sistema de repressão governamental.

O término do preconceito racista passa pela conscientização tanto dos opressores quanto dos explorados. E, dentro deste âmbito, a teledramaturgia aflora ainda mais a desvalorização negra, uma vez que alcança um público ainda maior e retrata acontecimentos cotidianos passados e atuais. A edificação dos personagens na ficção pelos produtores carrega impressões, características físicas que ficam acopladas aos mocinhos e vilões, reafirmando, assim, estereótipos raciais. O segregacionismo racista é abordado na mídia com certa cautela devido ao tabu criado em torno dele, mas o assunto retoma a atenção coletiva quando alguém do meio midiático, sofre ataques racistas pela internet ou então quando um autor decide destacar as práticas do crime em sua obra.

Tanto no movimento de produção quanto de recepção a produção estética será definida pelas redes de elaboração não estéticas - religião, contexto, etc. -, no entanto, no particular caso da estética negra é imperioso questionar as redes de significações firmadas para a delimitação do corpo negro na cultura ocidental, recorrentemente esta corporeidade é tomada como lócus do desejo, do tribalismo ou da ameaça. Pensar uma estética negra na atualidade provoca-nos a buscar outras trilhas e deslocar-nos de percepções e atitudes já convencionadas na configuração do corpo negro (ALMEIDA, 2019, p.38).

Em comparações as épocas, conforme relata Araújo (2008), até o final dos anos 90, poucas novelas trataram o discernimento racial contra o negro de forma direta. Atribuíam a um vilão a personificação das práticas racistas, fazendo, com que o racismo fosse sempre percebido como uma ação individual, não como uma característica da sociedade. A invisibilidade negra é uma face estrutural, que demarca um território a ser convivido pela população negroide devido à própria desigualdade no Brasil declaradamente por pretos e pardos. Reforça assim, quem produz o que é para quem a partir de valores de uma sociedade capitalista, egocêntrica e que são repassados por meio da mídia.

## **1.2 A presença da cor na identidade de um povo**

De acordo com Magalhães, (2001), a identidade, passa a ser uma questão discursiva. Diversamente no que se refere o senso comum, faz a identificação social



não ser algo dado, passa a ser algo peculiar de um indivíduo ou grupo. Tornando-se naturalmente desabrochada como é (nordestino, gay, negro, judeu entre outros); ao contrário, as identidades são raízes fixadas e realizadas de maneira simbólico que permeia seus significados para cada indivíduo em sua cultura. Não existe uma relação direta entre atribuições de identidade e mundo “real”. Entre um e outro, há uma ação mediadora, constituída por processos de apreensão e de elaboração símbolos, que inclui, em especial, estratégias de mediação linguístico-discursivas. A forma como falamos de nós mesmos, dos outros e com os outros representa uma prática de uma identidade referenciada por *ethos* próprio.

No Brasil, existem conflitos com relação ao conceito de beleza negra, pois um padrão ideal (branco) e um padrão real (negro, pardo, mestiço). Nesse contexto de atritos entre o real e o ideal de uma cor, vários aspectos entram em cena: corpo, pele, altura, cabelos. Isso impregna em uma sociedade que, cada vez mais, valoriza a estética e a beleza. Logo, surgem pensamentos do não pertencer a um padrão. E sim conflitos identitários gerando dois tipos de comportamento: a auto aceitação (consciência com relação ao próprio corpo) ou a autonegação (encobrimento dos aspectos que caracterizam o sujeito como não pertencente ao grupo considerado padrão).

Nas contribuições de Gomes (2006) vem a refletir sobre os planejamentos individuais desenvolvidas por negros e negras para elaborarem suas identidades. Afirma o mesmo que “o fato de estar integrado ou de se reconhecer pertencente a um grupo étnico-racial não elimina os conflitos diários e os dramas pessoais vividos pelos negros na esfera da subjetividade”. Vale ressaltar que:

A rejeição do corpo negro pelo negro condiciona até mesmo a esfera da afetividade. Toca em questões existenciais profundas: a escolha da parceira, a aparência dos filhos que se deseja ter. Nesse caso, estamos diante de uma rejeição que se projeta no futuro, nos descendentes que poderão vir. A melhor forma de se precaver contra essa possibilidade é ‘clarear a raça’ desde já, na escolha da parceira branca. O tipo de cabelo é o que orienta a escolha. Nesse caso, o cabelo simboliza a possibilidade do embranquecimento ou seu impedimento (Ibid. p. 140).

Entretanto, o sistema de ideias vendida sobre o mito da democracia de cor, só serviu para culpar quem padece do preconceito e não chega a quem desfere e alimenta as desigualdades em múltiplos setores. A melhoria significativa com um



aumento de profissionais em algumas áreas está intimamente relacionada a presença do modelo negro, em conjunto com a intervenção do Estado e com a contínua luta de Movimentos Negros. Com tudo, é de extrema importância compreendermos a relação que o negro perpassa em sua história, na simbólica representatividade de um ser fragmentado, por uma identidade de um indivíduo íntegro com marcas da construção violenta de um país.

Na percepção de Marquese (2019 apud Machado 2020), com relação a uma ideia ligada a um corpo escravista é introduzido de maneira a produção de uma economia política geradora de lucros com base na força e na exploração do senhores brancos frente aos negros da época. Uma exploração de seres humanos tratando o semelhante como animal por causa da cor da pessoa a quem os intitulavam de escravo tratados pelas suas potencialidades corporais, para alimentação de um regime que prendia, humilhava, violentava entre outras ações abruptas a outro ser humano. Vale ressaltar que Sívio Almeida:

Recupera o conceito de subsunção real do trabalho ao capital para explicar essa dimensão. Isto significa dizer que a diferença das habilidades físicas era levada em conta, assim como as diferenças do sexo, tamanho, cor, habilidades intelectuais etc” (2019, apud MACHADO, 2020, s/p),

Podemos observar que não é apenas uma briga por privilégio de cores, mas de uma existência de controlar o corpo, pois, o autor:

Chama atenção de que não se trata de uma diferença eminente que produz privilégio, mas de uma incidência distinta da dominação da raça sobre o corpo que produz um lugar comum. A questão não é não haver diferença, mas sim, compreendê-la como parte da atuação da dinâmica racista sobre o corpo (MACHADO, 2020, s/p).

Sendo assim, podemos nos questionar se é uma problemática inquietante ou não, ao tratar da identidade de um povo e sua cor. Apesar de que a identidade negra e a raiz concreta de uma nação, a raiz concreta julgada em sua representação de um tom de pele:

Contudo, ao passo que essa identidade foi legada a esse lugar cativo, ela também produziu resistências passivas e ativas contra sua dominação. Em termos gerais, é o que venho defendendo como lugar sonhado, uma contraposição ao lugar cativo em que o negro se torna um organizador (MACHADO, 2019, apud, MACHADO, 2020, s/p).

As conquistas do povo negro e a valorização de sua identidade caminham





juntas, mas são os (as) próprios(as) negros(as) que podem se deixar enganar. Até mesmo militantes do Movimento Negro deixam se entorpecer por meias conquistas, se convencendo que é pouco, mas que “é melhor do que nada”. Ainda há muito que lutar e não deixar que organizações oportunistas se apropriem das causas negras. O conformismo é um grande vilão na militância pelo reconhecimento dos direitos do povo. Diante de tanto percalços a Democracia racial é o estado de plena igualdade entre as pessoas independentemente de raça, cor ou etnia. No mundo atual, apesar do fim da escravização e da condenação de práticas e de ideologias racistas, ainda não existe democracia racial, visto que há um abismo imenso que segrega populações negras, indígenas e aborígenes da população branca. Pensar em democracia racial requer, portanto, pensar em uma sociedade em que todas as pessoas, independentemente de sua origem étnico-racial e da cor de suas peles, sejam livres e tenham direitos iguais.

O clamor pela desigualdade no mercado de trabalho da moda, que visa estritamente a beleza e que é formada por um padrão hegemônico, partiu das vozes daqueles que são açoitados por palavras em razão da sua origem étnica. A beleza negra como característica de uma identidade precisa desafiar o padrão hegemônico. Não é apenas a inserção social de grupo em sociedade ou até mesmo no mundo, do mercado de trabalho, mas a recriação de uma cultura que começa a enxergar como bonito o cabelo crespo e a pele de cor escura. O modelo tem como força motriz a sua aparência e o conjunto de características em sua aptidão que transparecem, nas campanhas publicitárias, na sessão de fotos, ou nos desfiles, imprimindo uma personalidade e no valor à marca a raiz, à roupa ou a qualquer outro produto a ser revendido.

O padrão de beleza europeu, tão valorizado no Brasil, é um traço muito marcante do racismo velado que vivemos nos dias de hoje. Existe uma distorção absurda no que tange a características físicas, caso essas não sejam tipicamente europeias são consideradas inferiores. Qualquer fenótipo negro é tratado quase que como um defeito e não como um traço inerente a natureza do povo negro, os cabelos, por exemplo, devem ser lisos e claros, porque cabelos crespos e escuros são um erro, daí surgem termos como “cabelo ruim” tão presente no vocabulário dos brasileiros, e apenas mais uma forma de desqualificar a origem negra.





### **1.3 A dor de uma cor na invisibilidade de sua raiz**

O Brasil, considerado um dos países mais miscigenados do mundo, carrega em sua essência a cruel máscara da invisibilidade racial. Prossegue o velho discurso defasado da negatização do racismo amparado no centro dos vendavais de pré-conceitos enraizados que continuam a afastar, mesmo com atitude sutil, aquele ou aqueles que são desiguais: seja pelo tipo de cabelo, ou pela cor de sua marca afixada pela pele. Dessa maneira, se pode afirmar que, entre brancos e negros, ainda permanecem sequelas da escravidão maculando o fluxo de uma população que não aprendeu a conviver com a diferença. A partir de uma passagem pela história dos negros no Brasil, indícios da relação homem branco/homem negro. É possível perceber a imagem que o homem branco fazia do homem negro, sequestrando-o de sua terra natal e forçando-o a trabalhar como escravos, além de se autodeclarar dono e/ou senhor desses, até então, homens livres.

Os negros, arrancados de seu país e separados de seus familiares, foram obrigados a suportar a arrogância do branco e também sua covardia, estando, durante o descarregar dos navios negreiros a mercê da coação, do chicote, do tronco e de correntes, além de serem transportados doentes, famintos e amontoados, tais como objetos, expostos à humilhação que, de forma patológica, alimentava o vazio da alma de seus futuros compradores. Na concepção de Bakhtin, 2009, p.154):

Quando contemplo no todo um homem situado fora e diante de mim, nos horizontes concretos efetivamente vivenciáveis não coincidem. Porque em qualquer situação ou proximidade que esse outro que contemplo possa estar em relação a mim, sempre verei e saberei algo que ele, de sua posição fora e diante de mim, não pode ver: as partes de seu corpo inacessíveis ao seu próprio olhar - a cabeça, o rosto, e sua expressão - , o mundo atrás dele, toda uma série de objetos e relações que, em função dessa ou daquela relação de reciprocidade entre nós, são acessíveis a mim e inacessíveis a ele. Quando nós olhamos, dois diferentes mundos se refletem na pupila de nossos olhos. Assumindo a devida posição, é possível reduzir ao mínimo essa diferença de horizontes, mas para eliminá-la inteiramente urge fundir-se em um todo único e tornar-se uma só pessoa.

Carneiro (2012), surge com pensamentos sobre a relação de uma falsa abolição, uma falsa simbologia de liberdade representada por uma ilusão na relação entre brancos e negros na supremacia de uma ideologia que persistia e ainda para algumas pessoas persiste em destratar e gerar violências físicas, morais e até



mesmo psicológicas com mecanismos de invisibilidade imposta a negros em nossa sociedade. O ser negro, apesar da carta de alforria, não consegue devastar o muro da invisibilidade levantado pelo branco do período escravocrata. Nota-se uma negação da cor presente na sociedade brasileira. Um tipo de ferramenta descartável que prevalece através de um silêncio mais forte que as correntes, os açoites e o tronco.

Diante do que observamos não há justificativa para ignorar o negro como protagonista da história da nossa sociedade, o que realmente prevalece são as atitudes em forma de linguagem expressada com vigor, ferramentas preconceituosas existentes nas relações sociais e distanciadas pela cor de um povo. Um nobre poeta retrata em sua originalidade de uma poesia de Adão sucede do sentimento da cor da pele. Algo de pessoal e intransferível, e ao mesmo tempo algo de coletivo e histórico. O homem se descobre negro na tessitura da pele, e nesta vê as marcas da escravidão e do degredo, e sente os sofrimentos e a Mãe-África palavras ditas na biografia de Adão em seu poema que diz: em negro teceram-me a pele enormes correntes amarram-me ao tronco de uma Nova África. No que as palavras do poeta expõem sobre a cor da pele em ser marca inapagável que com emoções humanas em que torna o elemento negro não uma relíquia ou simples vocábulo. É algo contemporâneo de corpo e pele; com lugar, tempo e ação. Dando assim, uma rotulação ao que encontramos na forma de preconceito, sendo ele:

Um conjunto de crenças, atitudes e comportamentos que consiste em atribuir a qual quer membro de determinado grupo humano uma característica negativa, pelo simples fato de pertencer àquele grupo: a característica em questão é vista como essencial, definidora da natureza do grupo, e portanto adere indelevelmente a todos os indivíduos que o compõem (MEZAN, 1998, p. 226).

No entanto, Jones (citado por Goldstein, 1983), autor ligado à Psicologia Social, o preconceito é definido como “um julgamento negativo dos membros de uma raça ou religião, dos ocupantes de qualquer outro papel social significativo, uma avaliação não válida de um grupo ou de seus membros, ou ainda uma atitude ou sentimento que predispõe o indivíduo a atuar, pensar e sentir de modo desfavorável sobre outra pessoa ou objeto” (p. 50). Diante dos conceitos citados acima em referências ao preconceito surge em coligação o racismo impregnado e camuflado em uma sociedade hipócrita de valores ao julgar um ser humano pelo tom de sua



pele. De acordo com Mezan (1998), “podemos dizer que o racismo é a forma que assume o preconceito quando o grupo portador das características repugnantes ou indesejáveis é uma raça, e não uma profissão, uma corrente de opinião, os moradores de certa região ou localidade etc. (...) Por trás da aparente tautologia – o racismo é o preconceito contra uma raça - oculta-se um complexo problema, que é o da própria conceituação do que seja uma ‘raça’”.

Trazendo em sua ascendência, uma ação de negação ao analisar que homens e mulheres sejam diferentes pelos atributos ligados a cor se convencionou a chamar de maioria branca, apenas pelo caráter hereditário e tom da pele. No que se refere a reflexão de Costa (1986) a este tipo de tratamento “ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais do ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro”.

Portanto é perceptível que este tipo de desigualdade social foi levantado e fortificado ao longo do processo histórico, político e social do país. Neste caso, há um enorme precipício racial quando nos deparamos para uma reflexão sobre condições de vida, emprego, escolaridade entre brancos e negros. Isto comprova que existe uma enorme desigualdade racial em um país formulado por sua maioria negros que se soma a exclusão social. Entendemos que todo esse preconceito e termo como “raça” foram inventadas nas esferas sociais-políticas e culturalmente plantada em cada arte da história. Isso porque aprendemos ver negros e brancos como desiguais porque fomos civilizados e socializados a ponto destas desigualdades ser absorvidas como água na esponja nas nossas relações dentro da sociedade.

Vivemos em um país com uma estrutura racista que precisa ser superada e porque o histórico da escravidão ainda afeta negativamente a vida, a trajetória e inserção social dos descendentes de africanos em nosso país. É por isso que dizemos que as diferenças mais do que dados da natureza, são construções sociais, culturais e políticas. Aprendemos desde crianças a olhar a diversidade humana-ou seja-as nossas semelhanças e dessemelhanças a partir das particularidades diferentes formas do corpo , cores de pele ,cabelo, olhos...nem sempre percebemos que aprendemos a ver as diferenças e as semelhanças de forma hierarquizada (MUNANGA e GOMES 2006, p.176.).

Partindo dessa exposição a que os autores retratam logo acima, percebe-se a lógica de um preconceito marcado como uma tatuagem na pele que não é simples



e racional. Tendo a expressar que soma a ações informativas a um ponto de ser suficiente para combater a praga de mentes pequenas de cultura, pobres de almas. Tendo em vista uma divulgação democrática de valores ao que se refere em todas as pessoas serem iguais valorizando a diferença entre povos. O racista sabe que o sentimento propagado na discriminação social é mal visto. Então camufla e suas várias facetas dentro de uma sociedade que prega igualdade camuflada em uma democracia pautada no camaleão.

O racismo pode ter várias origens dependendo da formação de cada um, muitos pesquisadores sobre a temática acreditam que o ambiente no qual estamos inseridos pode despertar essa atitude discriminatória, uma vez que nosso pensamento pode ser moldado por grupos e pessoas que nos relacionamos no cotidiano, sendo que:

As pessoas não herdam, geneticamente, ideias de racismo, sentimentos de preconceito e modos de exercitar a discriminação, antes os desenvolvem com seus pares, na família, no trabalho, no grupo religioso, na escola. Da mesma forma, podem aprender a ser ou tornar-se preconceituosos e discriminadores em relação a povos e nações (LOPES, 2005, p. 188).

O autor ainda aborda que:

Um olhar atento sobre a realidade do povo brasileiro mostra uma sociedade multirracial e pluriétnica que faz de conta que o racismo, o preconceito e a discriminação não existem. No entanto, afloram a todo momento, ora de modo velado, ora escancarado, e estão presentes na vida diária (LOPES, 2005, p. 186).

No entanto é necessário fazer uma meditação sobre a discriminação racial envolvendo a classe negra, numa visão que, esse tipo de atitude compromete também o desenvolvimento quando explícito no âmbito educacional afetando o psicológico na auto aceitação de sua identidade. No Brasil muitos grupos ainda tentam transmitir a ideia de que a sociedade brasileira não passar mais por vexames discriminatórios desde a abolição da escravidão. Mas é só observarmos as divergências de oportunidades que há entre brancos e negros. Uma realidade estagnada no estereótipo do egocentrismo de uma raça que considera melhor na medição de peso por uma cor!

Para SCHUWARCZ, (1998), em sua visão sobre o tema é que estamos diante de um tipo privado de racismo, um racismo sutil e sem cara, que se oculta por trás



de uma suposta garantia de cotas e da igualdade das leis e que lança para o terreno particular o jogo da discriminação. Com efeito[...] o racismo só se afirmar na intimidade, [...], pois não se regula pela lei, não se afirmar publicamente. A sociedade brasileira estabelece critérios para qualificar as pessoas, atribuem estigmas que são considerados naturais, mas que não passam de uma atitude racista e discriminatória. Goffman (1988) ao aprofundar seus estudos sobre estigmas considera que: Quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos [...]. A categoria e os atributos que ele, na realidade, prova possuir, serão chamados de sua identidade social real. Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros [...]. Assim “deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande” (GOFFMAN, 1988, p. 6).

Portanto, o preconceito racial está interligado com o modo ser de cada indivíduo, manifestando nas relações interpessoais aceitação dos padrões de comportamentos dos indivíduos participantes do *ethos* brasileiro, assim, torna-se mais fácil para o não branco acomodar o comportamento negro usando expressões como “pardo”, “moreno” e “preto”, tal adjetivos demonstram como acontecem o escamoteamento do preconceito racial no Brasil. O preconceito no Brasil segregaciona um determinado grupo, isso é acarretado por uma ideologia que prega a supremacia de um povo, de uma raça, ou mesmo de uma cultura sobre outras, expressando-se de diversas maneiras: em nível cultural, religioso, biológico. Na concepção de valores, e em nível institucional, legalizado. Nogueira aponta que no Brasil acontece uma forma velada de preconceito, no intuito de vislumbrar um igualitarismo racial, onde acaba por assumir um “caráter de atentado contra um valor social que conta com o consenso de quase toda a sociedade brasileira, sendo por isso evitada.

Segundo Nogueira (2006) no Brasil, a intensidade do preconceito varia em proporção direta aos traços negroides, e tal preconceito não é incompatível com os mais fortes laços de amizade ou com manifestações incontestáveis de solidariedade e simpatia. Os traços negroides, especialmente numa pessoa por quem se tem



amizade, simpatia ou deferência, causam pesar, do mesmo modo porque o causaria um “defeito” físico. Os atributos físicos ditos dos negros são geralmente pensados no negativo e sempre postos em comparação desfavorável aos ideais estéticos etnocêntricos. Dois exemplos disso são a visão do cabelo crespo como sendo “ruim”, “duro”, “bombril” (palha de aço) e do cabelo liso, que seria “bom”; bem como a apreciação depreciativa do nariz dos tipos negros, que seria “chato”, “grosso” em oposição ao “fino” dos brancos, que seria considerado bonito (GOMES, 2003; VILHENA, 2006) e mais que isso, o ideal da beleza.

O corpo, pensado com atributos pejorativos, deixa de ser vivido como uma fonte de alegria e prazer. Por meio da aceitação do racismo – até mesmo por falta de outros modelos positivos para se constituir e se identificar – se estabelece uma relação persecutória entre o negro e o seu corpo. A relação com o próprio corpo então passa a ser de vigilância, no sentido de mascarar as características “diferentes” do modelo dominante e, portanto, indesejáveis. Instala-se a preocupação em disfarçar seus traços físicos originais e de fazer-se “passar por branco”. Mas ao desejar embranquecer, o negro não se permite existir; ele instaura o projeto de sua própria extinção.

A liberdade não garantiu condições dignas de vida e a lógica da exploração escravagista encontrou muitas formas de continuidade: ‘não há o que discutir sobre nossa forma de lidar tanto com a escravidão como com o racismo: suavizamos a primeira e negamos o segundo’ (FLAUZINA, 2008, p. 47).

Se os negros são a maioria do país, supostamente deveriam ter a mesma equivalência em termos de acesso a direitos sociais. Contudo, a “parte negra” concentra dados iníquos em relação à branca, formando, na prática, dois países. A desigualdade social tem cor. Em nosso ponto de vista, o primeiro passo para se alcançar a igualdade entre todos seria admitir que no Brasil ainda há preconceito e discriminação racial. O negro ainda hoje é visto como algo/alguém, por assim dizer, negativo, desfavorável, entretanto, a invisibilidade do conflito não permite francos avanços para a eliminação do preconceito, sendo prática nacional mais comum à do racismo velado. Essa situação indica como se dá a disseminação do racismo cordial com repercussão negativa no cotidiano da população negra.



Quanto aos negros africanos, vale lembrar que não saiam de uma única cultura: eram nações diferentes que aqui se faziam representar através das suas várias e diversas características culturais, religiosas etc. Esta contribuição religiosa, do nosso ponto de vista, foi fundamental para a resistência e conservação de aspectos culturais através da construção de uma identidade e de uma solidariedade que foram geradas e alimentadas no interior do culto.

O negro brasileiro enfrenta em seu cotidiano um oponente deste porte. Poucos têm um radar que consiga captar de maneira precisa de onde partem as dificuldades que bombardeiam continuamente os negros. A invisibilidade da questão racial do negro brasileiro é incontestável, pois, inúmeros estudiosos a confirmam em seus trabalhos. Como lembra Boaventura de Souza Santos (2007), o colonialismo assentou-se historicamente no racismo, que teve ali um papel de “princípio matricial de base”. Contudo, a valorização do homem branco e de sua cultura não desaguou, no Brasil Colônia, na construção de um pensamento racista sistematizado ou mesmo em um projeto de nação ancorado na afirmação da superioridade racial.

## **2. O preconceito racial na escola**

A instituição de ensino escolar é responsável pelo processo de socialização entre crianças, jovens e até mesmo adultos no qual se constituem relações com de diferentes povos. Esse contato diferenciado poderá fazer do corpo escolar o primeiro espaço de contato nas possibilidades de vivência no contexto racial. A relação estabelecida entre crianças brancas e negras em uma sala de aula pode acontecer de maneira tensa, ou seja, segregando, excluindo, permitindo que a criança negra adote em alguns momentos uma postura tímida, por medo de ser rejeitada ou ridicularizada pelo seu novo grupo social.

O ambiente escolar junto com as leis e principalmente os docentes podem passar para o discente uma nova maneira de pensar, sobre a história da África e o que herdamos, fazendo com que possa se desenvolver outros pensamentos sobre o povo negro superando nossos próprios preconceitos, porém:

Leis sozinhas não bastam, nessa luta o papel do professor é fundamental. O docente deve possuir informações, formação, discernimento e sensibilidade sobre a situação da realidade racial e social no país para





contribuir em relação a superação do preconceito e discriminação (BRASIL. MEC, 1997, p.4).

Na escola segundo (GOUVEIA, 2005) o discurso racista, e preconceituoso envolve uma discriminação enraizada. Despontando-se de forma subentendida, raramente aparece em formas diretas, através de hostilidade ou defesa radical de ideia de inferioridade. Entretanto não é mais possível recusar a sua existência. Uma gama de análises já demonstrou que na instituição de ensino, especialmente na educação infantil, o processo de distinção de cor da pele é cotidiano. Quando se vê livros didáticos por exemplo: o mocinho, o príncipe, o herói, o educado é sempre de cor branca. Ao oposto, o negro, quando exposto, sua imagem é a de preguiçoso, velho, não inteligente, serviçal, indolente, não humano (GOUVEIA 2005, p. 83),

É diante de tais combustão que pode acarretar influências na socialização dos alunos. O jovem branco aprende e reproduz atitudes e valores preconceituosos, reafirmados pela linguagem verbal e por outro, o jovem negro congrega esse discurso passando a sentir-se marginalizado, desvalorizado e excluído.

Gomes (In: CAVALLEIRO, 2003), completa afirmando que no encerramento do processo de socialização o jovem ou a criança não só domina o mundo social que o cerca como já incorpora papéis sociais básicos, de si mesmo e de outros, presentes e futuros, mas, acima de tudo, já adquiri atributos fundamentais de sua personalidade e identidade.

O ambiente escolar é um espaço impregnado de um racismo silencioso, fundamentado na cristalização das imagens negativas, presentes no imaginário social, cuja criança negra é a maior vítima, por isso, faz-se necessário conhecer a qualidade do processo de socialização vivenciado por elas (Ibid., p. 21).

As afirmações dos autores impostas vem a confirmar o que já foi dito anteriormente sobre a sociedade e sua moldagem; a escola também ao ser um instrumento de inclusão importante e por reproduzir ideologias, tem enorme responsabilidade na roupagem das teorias racistas, de um sistema de ideias do branqueamento, como também na preservação do mito da democracia racial. Ao analisar as várias aparências e conjunturas que fazem parte de uma gente preconceituosa, compreende-se que refletir com docentes e alunos sobre a carga pejorativa das expressões e marcas de um corpo referindo aos negros expressões



indignas. Contribuirá para não só uma leitura da palavra como também para a compreensão da concepção de um novo olhar, dos valores culturais e sociais de cada um, desmistificando os mitos, as ideologias, os fenômenos e os fatos sociais dos quais direta ou indiretamente estamos centralizados, pois:

Compreender o discurso enquanto objeto de estudo é bastante complexo, pois seu caráter é assinalado pelo fato de implicar uma exterioridade à língua, a ser aprendido no social, cuja compreensão coloca em evidência aspectos ideológicos e históricos próprios à existência dos discursos nos diferentes 20 contextos sociais, ou seja, as palavras quando são pronunciadas estão impregnadas de aspectos sociais e ideológicos (FERNANDES 2007, p. 10-18).

Segundo Lopes (apud NASCIMENTO, 1994, p. 97): “a sociedade, não é parada, pois, “uma sociedade racista e sexista como a brasileira mostra, nas decisões sobre o uso de palavras, quando escolhe pejorações como neguinha gostosa ou neguinha suja, torna evidente as conotações políticas que mostram consciente ou inconscientemente o nível de racismo em nosso meio”.

As atribuições pejorativas no uso dos termos verbais: negro e preto tem efeitos psicológicos agravante para a pessoa que sofre com esse tipo de ação. A própria definição desses vocábulos, transcritas do dicionário de Aurélio Buarque de Holanda, vem a transmitir o peso dessa identificação. Na família e na escola essas ideias rodeiam livremente e é assim que a criança aprende desde cedo a internalizar e externar uma imagem estereotipada do negro e da negra. A naturalidade de um discurso preconceituoso dificulta a identificação das suas variadas formas de manifestação. No entanto frases tidas como comuns e ingênuas ou até vistas como brincadeiras, expressam a presença do racismo na cultura brasileira

### **Considerações Finais**

O preconceito ou o racismo é fruto de um extenso processo de elaboração de teorias que escolheram fomentar valores sociais e ideologias que colocaram em risco a existência de vários grupos humanos. Como toda ideologia, a da distinção entre as raças foi erguida e reconstruída nas analogias estabelecidas entre os homens. Na sociedade brasileira pautada e edificada nas raízes de uma miscigenação, o racismo atingiu solos intensos, propagando-se por toda estrutura social, persistindo



sutilmente por séculos na nossa cultura, empilhando em seu arcabouço histórico uma grande dívida social com as etnias negras.

A beleza negra como identidade precisa constantemente desafiar o padrão hegemônico ocidental. Não é apenas a inclusão social de uma raça de grupo, de uma cultura que começa a enxergar como bonito o cabelo crespo e a pele de tom escuro. Os personagens afrentem desde embate, o modelo tem como força motriz a sua aparência e o conjunto de aptidões que transparecem, sua personalidade no que agrega sua auto aceitação, e auto estima no centro da pandemia da desigualdade racial.

Nota-se uma complexidade das representações na referida população negra indicando uma estrutura formulada historicamente no sentido de vigiar seu corpo, aprisioná-lo em uma identidade atribuída socialmente, estabelecida por uma rede de símbolos que nada mais são além de armas inventadas com intuito de preservar hierarquias sociais. Podemos dizer que atualmente há uma ampliação considerável com relação ao debate acerca da invisibilidade negra e combate ao racismo na sociedade atual. No entanto, mesmo após a inserção, da lei n. 10.639/2003 ainda em pleno século XXI, encontra-se dificuldades para sua concretização e afirmação dentro e fora do âmbito escolar, pois embora se considera que a lei só interessa aos negros, considerados erradamente como parcela, e não maioria, da população brasileira.

Este trabalho vem trazer contribuições sobre a invisibilidade de beleza negra como objeto de reflexão perante as desigualdades raciais a que se vinculam a padrões estéticos. Por fim podemos dizer uma frase do senso comum “A beleza está nos olhos de quem vê”. Ou seja, enxergar com os olhos da cultura perante a igualdade no que se está inserido.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. **O que é Racismo estrutural?** Pólen Produção Editorial LTDA. (2019).
- ARAUJO, J. Z. **O negro na dramaturgia, um caso exemplar da decadência do mito da democracia racial brasileira.** Rev. Estud. Fem.[online]. 2008, vol.16, n.3, pp.979-985.
- BAUMAN, Z. **A sociedade individualizada.** Vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BAUMAN. Z. **Identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.



BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

BRAIT, B. (Org.). Bakhtin: \_\_. (Org.). Bakhtin, **Dialogismo e Polifonia**. São Paulo: Contexto, 2009.

BRASIL.MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 1997.

CUNHA, M. C. **Negros, Estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. 2. ed., revisada, ampliada. São Paulo: Companhia das Letras. 2012.

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

FERNANDES, C.A. **Formação docente para a educação infantil: política e metodologia para a promoção da igualdade racial**. Boletim Ebulição, junho / 2008.

GOMES, N. L. Sem perder a raiz. **Corpo e cabelo negro como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOUVÊA, M. C. S. **Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica** (artigo científico) - Universidade Federal de Minas Gerais - Educação e Pesquisa, São Paulo, 2005.

LE BRETON, D. **Sinais da identidade. Tatuagens, piercings e outras marcas corporais**. Lisboa: Miosótis, 2004.

MACHADO, C. **Entre o lugar cativo e o lugar sonhado: o negro organizador em nosso meio e o negro pleno em nossa busca**. Trabalho de Conclusão de Curso em Administração Pública e Social. Porto Alegre: UFRGS, 2019.

MACHADO, C. **A identidade negra como busca: Sobre identidade racial, diáspora e colorismo**. São Paulo: Revista movimento, 2020. Disponível em [A identidade negra como busca | Revista Movimento \(movimentorevista.com.br\)](https://www.movimentorevista.com.br/a-identidade-negra-como-busca/)

MAGALHÃES, C. A Análise Crítica do Discurso enquanto Teoria e Método de Estudo. In: MAGALHÃES, C. (Org.). Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001.

MARQUESE, R.B. **Administração e Escravidão: Ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira**. HUCITEC EDITORA. 1999.

NASCIMENTO, E. L. (org) – SANKOFA, **Resgate da Cultura Afro- Brasileira**. Rio de Janeiro: Seafro, 1994.